



Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios Bloco L, Anexo I - 3º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900
Telefone: 2022-7037 - http://www.mec.gov.br

CONTRATO Nº 1/2020

PROCESSO Nº 23000.020601/2019-52

TERMO DE CONTRATO Nº 1/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, POR INTERMÉDIO DA COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS E A EMPRESA AXA SEGUROS S.A.

A UNIÃO, representada pelo **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**, por intermédio da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 00.394.445/0030-38, sediada na Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo II, 2º andar, em Brasília, Distrito Federal, neste ato representado pela sua Coordenadora-Geral, **CARLA MACIEL DAMASCENO**, brasileira, Carteira de Identidade RG nº [REDAZIDO] residente e domiciliada em Brasília-DF, Portaria de Nomeação, do Ministério da Educação, nº 2.003, de 19/11/2019, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U de 20/11/2019, consoante delegação de competência consubstanciada na Portaria nº 849, do Ministro de Estado da Educação, de 22 de abril de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 23 de abril de 2019, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **AXA SEGUROS S.A.** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.323.190/0001-06, sediada na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1600, andar 15, Conjunto Comercial 151, Bairro Vila Nova Conceição, em São Paulo/SP doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pela Senhora **ERIKA MEDICI KLAFFKE**, Vice-Presidente Comercial, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade nº [REDAZIDO], e pelo Senhor **IGOR DI BEO**, Diretor de Subscrição e Sinistros, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº [REDAZIDO], tendo em vista o que consta no Processo nº 23000.020601/2019-52 com fulcro na Lei nº 10.520, de 07/07/2002 c/c art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019; Decreto-Lei nº 73, de 21/11/66, art. 20, regulamentado pelo Decreto nº 60.459, de 13/03/67, retificado pelo Decreto nº 61.589, de 07/12/67; Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012; Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014; Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990; Portaria nº 120 de 09 de março de 2016, publicada no DOU, em 10 de março de 2016; Instrução Normativa nº 05/SLTI/MPOG, de 26 de maio de 2017, e suas atualizações, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993 com alterações subsequentes, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 25/2019, do tipo Menor Preço Global, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para prestação de serviços de seguro predial, sem franquias, contra incêndio, explosão e queda de raios, para cobertura do patrimônio mobiliário e imobiliário do Ministério da Educação - MEC, compreendendo os seguintes edifícios: Ed. Sede; Anexos I e II; CETREMEC; Depósito SIA; Conselho Nacional de Educação, e Garagem/Arquivo, todos situados em Brasília – DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nos Anexos "I" e "II" do Termo de Referência, nas condições estabelecidas neste Instrumento e no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	COBERTURA	ÁREA APROXIMADA (m ²)	OCUPAÇÃO/DISCRIMINAÇÃO IMPORTÂNCIAS A SEREM SEGURADAS (R\$)
1	Prestação de serviços de seguro predial, sem franquias, contra incêndio, explosão e queda de raios, para cobertura do patrimônio mobiliário e imobiliário do Ministério da Educação - MEC.	Edifício Sede - Esplanada dos Ministérios Bloco "L" - CEP: 70.050-000	23.120,79	A discriminação das ocupações e das importâncias a serem seguradas são aquelas descritas no Anexo I do Termo de Referência.
		Edifícios Anexos I e II – Via N-2 – Esplanada dos Ministérios Bl. "L" - CEP: 70.047-900	33.409,82	
		Edifício do Conselho Nacional de Educação – SGAS 607 Lote 50 - CEP: 70.200-670	6.195,98	
		Edifícios da Garagem e do Arquivo – SGMN 01 Bloco "A" – CEP: 70.830-000	5.853,14	
		Edifício do Cetremec - SGAS 604 Lote 28 Brasília-DF- CEP: 70.200-640	1.896,50	
		Depósito – SIA Trecho 3 Lote 1210	1.828,56	
ÁREA TOTAL APROXIMADA (m²)			72.304,79	

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

- 3.1. O valor total da contratação é de R\$ 109.000,0000 (cento e nove mil reais).
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 150002

Fonte: 8100000000

Programa de Trabalho: 169155

Elemento de Despesa: 339039

PI: VMM11N0100N

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

- 5.1. O prazo para pagamento à Contratada e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5, de 2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

- 6.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

- 8.1. As condições de recebimento e a fiscalização pela Contratante são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 9.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

- 11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 11.3. A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 11.4.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.4.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.4.3. indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

- 12.1. É vedado à Contratada:
- 12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em Lei.
- 12.1.3. subcontratar os serviços objeto deste Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

- 13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado e depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e testemunhas.

CARLA MACIEL DAMASCENO CONTRATANTE	ERIKA MEDICI KLAFFKE CONTRATADA	IGOR DI BEO CONTRATADA
---------------------------------------	------------------------------------	---------------------------



Documento assinado eletronicamente por **Erika Medici Klaffke, Usuário Externo**, em 29/01/2020, às 17:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Igor di Beo, Usuário Externo**, em 30/01/2020, às 09:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Maciel Damasceno, Coordenador(a) Geral**, em 30/01/2020, às 12:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Inara Meneses Rolim, Servidor(a)**, em 30/01/2020, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Adriani de Oliveira Silva, Servidor(a)**, em 30/01/2020, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1881111** e o código CRC **BCE30CE5**.